

# **Demonstrações Financeiras**

## **Rovigo Participações S.A.**

31 de dezembro de 2023

# **Rovigo Participações S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

### Índice

Demonstrações financeiras	
Balanco patrimonial.....	2
Demonstração do resultado .....	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstração do fluxo de caixa .....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

## Rovigo Participações S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1
Estoques	4	141	135
Impostos a recuperar		12	11
Dividendos e JCP a receber		2.878	2.258
Total do ativo circulante		3.032	2.405
Não circulante			
Contas a receber Parte Relacionada		2.551	-
Investimento	5	52.581	50.691
Propriedade para investimento		282	313
Total do ativo não circulante		55.414	51.004
Total do ativo		58.446	53.409

## Rovigo Participações S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais) - -(continuação)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar	6 d)	1.991	1.369
Outras obrigações		2.591	29
Total do passivo circulante		4.582	1.398
Patrimônio líquido	6		
Capital social		35.000	35.000
Reserva de lucros		18.864	17.011
Total do patrimônio líquido		53.864	52.011
Total do passivo e patrimônio líquido		58.446	53.409

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## Rovigo Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e Gerais		(3)	(21)
Depreciações e Amortizações		(32)	(32)
Equivalência patrimonial		<b>6.399</b>	5.461
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<b>6.364</b>	5.408
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1	43
Despesas financeiras		(4)	(5)
		<b>(3)</b>	38
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>6.361</b>	5.446
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	(10)
Lucro líquido do exercício		<b>6.361</b>	5.436
Quantidade ponderado de ações do capital social		<b>2.076</b>	2.076
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<b>3.064,07</b>	2.618,50

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## **Rovigo Participações S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	6.361	5.436
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	<u>6.361</u>	<u>5.436</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## Rovigo Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		35.000	691	13.893	-	49.584
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.436	5.436
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	6 b)	-	272	-	(272)	-
Dividendos propostos	6 d)	-	-	(2.957)	(52)	(3.009)
Reserva de capital de giro	6 c)	-	-	5.112	(5.112)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<b>35.000</b>	<b>963</b>	<b>16.048</b>	<b>-</b>	<b>52.011</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.361	6.361
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	6 b)	-	318	-	(318)	-
Dividendos propostos	6 d)	-	-	(4.448)	(60)	(4.508)
Reserva de capital de giro	6 c)	-	-	5.983	(5.983)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<b>35.000</b>	<b>1.281</b>	<b>17.583</b>	<b>-</b>	<b>53.864</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

## Rovigo Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Lucro líquido do exercício		6.361	5.436
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial		(6.399)	(5.461)
Depreciação e amortização		32	31
		<u>(6)</u>	<u>6</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(2.551)	-
Estoques		(6)	(6)
Impostos a recuperar		(1)	(10)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		-	10
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		2.562	20
		<u>(2)</u>	<u>20</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(2)	20
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	(11)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(3)</u>	<u>9</u>
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Recebimento de dividendos		3.889	1.768
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		<u>3.889</u>	<u>1.768</u>
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Financiamentos - captações		1	4
Financiamentos e leasing - pagamentos		(1)	(4)
Dividendos pagos		(3.886)	(2.269)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	6 d)	<u>(3.886)</u>	<u>(2.269)</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa		-	(492)
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		1	493
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		<u>1</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## **1. Contexto Operacional**

A Rovigo Participações S.A. (“Sociedade”) tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações, investimentos, compra e venda de imóveis, loteamento e incorporação de bens e locação de bens.

## **2. Aspectos Societários**

O maior investimento em participação societária está vinculado ao controle acionário da empresa RER Participações S.A.

## **3. Práticas contábeis materiais**

### **3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

### **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.3 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte:

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **b) Estoques**

Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado ao valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas.

### 3.3 Base de elaboração--Continuação

#### c) Propriedades para investimento

##### i) Imóveis acabados

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

##### ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

#### d) Tributação

A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R\$60.

#### e) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

### 3. Práticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.3 Base de elaboração--Continuação

##### e) Instrumentos financeiros--continuação

###### Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, outros resultados abrangentes, tampouco instrumentos financeiros derivativos.

###### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem outros passivos.

###### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

f) Reconhecimento de receita

A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas.

Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, como terrenos e outros imóveis para revenda. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

g) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

h) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

i) Investimento em coligada

Nas demonstrações financeiras da Empresa, as informações financeiras da coligada RER Participações S.A., onde a Empresa mantém participação de 30% (2022 – 30%), é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. A participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Empresa.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Empresa avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

*IFRS 17 ou CPC 50 - Contratos de Seguro*

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e

### 3. Práticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.3 Base de elaboração--Continuação

- j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--continuação

resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

#### Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

#### Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto relevante nas divulgações de políticas contábeis materiais da Empresa, tampouco não mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Empresa.

### 3. Práticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.3 Base de elaboração--Continuação

- j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--  
continuação

*Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples  
Transação - Alterações ao IAS 12*

As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

*Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS  
12*

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois;
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, pois a Empresa não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois.

- k) *Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023*

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### 3. Práticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.3 Base de elaboração--Continuação

k) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023--continuação

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

### 3. Práticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.3 Base de elaboração--Continuação

##### k) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023--continuação

##### Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

### 4. Estoques

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imóveis para comercialização	141	135

São ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.

### 5. Investimentos

#### Controladora

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade controla ou participa em outras sociedades cujo contexto operacional é resumido a seguir:

RER Participações S/A, participação de 30% no capital social, sediada na cidade de São Paulo/ SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura.

As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

Rovigo Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 5. Investimentos--Continuação

	<u>Qt de Cotas</u>	<u>Particip. no Capital Social</u>		<u>Capital Social</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>Lucro do Período</u>		
		<u>(%)</u>			<u>2023</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
		<u>2023</u>	<u>2022</u>						
RER Participações S/A	7.000.000	30	30	120.000	175.269	168.969	21.330	18.202	

Movimentação dos investimentos em controladas avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

<u>Controlada</u>	<u>Saldo 31/12/2022</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Saldo 31/12/2023</u>
RER Participações S/A	50.691	6.399	(4.509)	52.581

<u>Controlada</u>	<u>Saldo 31/12/2021</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Saldo 31/12/2022</u>
RER Participações S/A	48.238	5.461	(3.008)	50.691

## 6. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social subscrito e integralizado é composto por 2.076 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

### c) Reserva para capital de giro

Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º. da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Sociedade, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

Rovigo Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

---

## 6. Patrimônio Líquido--Continuação

### d) Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	6.361	5.436
(-) Reserva Legal	<u>(318)</u>	<u>(272)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>6.043</u>	<u>5.164</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	60	52
Dividendos adicionais aprovados	4.448	2.957
Saldo de dividendos do ano anterior	1.369	629
(-) Dividendos pagos no exercício	<u>(3.886)</u>	<u>(2.269)</u>
Saldo de dividendos a pagar	<u>1.991</u>	<u>1.369</u>

## 7. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

Rui Manoel Facchini  
Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento  
Contadora  
CRC 1SP159.572/O-2

---